



**INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MARCOS VITOR DE FREITAS FERREIRA
SEGISNANDO BOAZ MARANHÃO**

**DESAFIOS E DIFICULDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR FRENTE AS
DESIGUALDADES SOCIECONÔMICAS NA PANDEMIA**



**INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MARCOS VITOR DE FREITAS FERREIRA
SEGISNANDO BOAZ MARANHÃO**

**DESAFIOS E DIFICULDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR FRENTE AS
DESIGUALDADES SOCIECONÔMICAS NA PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de
Ensino Superior Franciscano como requisito à obtenção do
título Licenciatura em Educação Física

Orientador: Prof. Me. Nivaldo De Jesus S. Soares Junior

**MARCOS VITOR DE FREITAS FERREIRA
SEGISNANDO BOAZ MARANHÃO**

**DESAFIOS E DIFICULDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR FRENTE AS
DESIGUALDADES SOCIECONÔMICAS NA PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de
Ensino Superior Franciscano como requisito à obtenção do
título Licenciatura em Educação Física

Orientador: Prof. Me. Nivaldo De Jesus S. Soares Junior

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Profº(Orientador)

1º Examinador(a)

2º Examinador(a)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar e demonstrar os desafios que a educação física escolar vem sofrendo, buscando compreender o histórico da conjuntura socioeconômica do Brasil e analisando respectivamente estes indicadores no Maranhão para apontar os obstáculos e complexidade de manter os discentes ativos no ensino síncrono, abordando os conteúdos pedagógicos conceituais e como o ambiente familiar pode ser determinante frente a tudo isso, sendo empregado o método de revisão bibliográfica na elaboração da pesquisa. Na atual situação da educação física escolar, a realidade é ainda mais alarmante frente à pandemia, ocasionando muitas dificuldades, no decorrer do estudo é ressaltada a importância dos investimentos nas políticas públicas educacionais para diminuir a evasão dos discentes nas escolas e melhorar o processo de ensino/aprendizagem mútuo, tanto para o docente quanto para o discente.

Palavras-chave: Educação física; Escola; Pandemia; Socioeconômico

ABSTRACT

This research seeks to debate, analyze and show the challenges that physical education in schools has been facing, seeking to understand the historical socioeconomic situation in Brazil and respectively analyzing these indicators in Maranhão state to identify the problems of keeping students attending school in synchronous learning, approaching the conceptual pedagogic contents and discussing how the family environment can be decisive in all of this, using the literature review method in the development of the paper. In nowadays situation of physical education in schools, the reality is even more alarming in the face of the pandemic, causing many difficulties. The study highlights the importance of investments in public education policies to reduce student dropout in schools and improve the learning process for both the teacher and the student.

Keywords: Physical education; School; Pandemic; Socioeconomic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	METODOLOGIA	08
3	PANDEMIA	10
4	PERFIL SOCIOECONÔMICO BRASIL	12
4.1	Perfil Socioeconômico no Maranhão	12
5	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	13
6	O IMPACTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE À PANDEMIA	15
7	CONCLUSÃO	22
8	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado por iniciar e consolidar uma pandemia, e que se alastra por 2021, deixando incerto quando se findará. O novo coronavírus (Sars-CoV-2) não afetou apenas a saúde da população, atingiu a vida em todos os seus aspectos, a necessidade do isolamento social e as medidas de contenção sanitária tem impactado a economia, a política, as relações sociais, as esferas culturais e educacionais. Vários estudos têm se referido à pandemia da Covid-19 como um fenômeno que atinge todas as classes sociais, mas não as atinge da mesma maneira (DAVIS et al, 2020). De acordo com alguns estudos, os indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade são os que sofrem as piores consequências. Dessa forma, há variáveis importantes a se considerar quando se pretende refletir sobre os efeitos que a pandemia está provocando na educação básica brasileira, e o perfil socioeconômico é uma delas.

Conforme o IBGE (2010), o perfil socioeconômico da população brasileira pode ser resumido a partir de um conjunto de variáveis, pois existem diversas situações dentro do perfil socioeconômico que pode se apresentar diferentemente em determinados tipos de classes sociais. Por perfil socioeconômico estamos compreendendo um conjunto de características econômicas, sociais, culturais, educativas, trabalhistas etc. “que possibilitem ajudar a identificar um indivíduo em um determinado grupo socioeconômico” (ALVES et al, p2).

O Brasil é um país marcado pela grande desigualdade na distribuição de renda, apesar de ser atualmente a 12ª economia mundial em termos de produto interno bruto (PIB) — já chegou a ser a 6ª —, em termos de condições de vida da maioria da sua população, está nos últimos lugares. A desigualdade gerada pela concentração de renda se espalha por todos os estados da Federação. O Maranhão é um dos quais onde o quadro da pobreza e da desigualdade socioeconômica é mais acentuado, o que se observa diretamente nos índices educacionais do estado. A educação básica no Maranhão não se diferencia muito do resto do Brasil, pois existem os mesmos empecilhos que afetam todos os estados da Federação, contudo, se considerarmos a caracterização do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – do Maranhão, notamos que o índice do estado é o segundo mais baixo da escala (PNUD BRASIL, 2021).

Partindo desses pressupostos, traçar as dificuldades e os novos desafios do ensino da educação física escolar na educação básica é assaz necessário. O isolamento social tem gerado diversos problemas tanto no ensino-aprendizagem quanto na questão administrativa do tempo e das relações de ensino. A formação do discente foi completamente comprometida nesse novo

cenário, o modo de perceber e se relacionar com o conhecimento agora exigem tanto do profissional da educação, quanto do discente a apreensão de novos meios de expandir os dinamismos e ferramentas a serem aplicadas na execução dos trabalhos pedagógicos e principalmente, na viabilidade prática dessas execuções (DAVIS et al, 2020).

Por conta disso, todo o projeto de ensino deve estar pautado nessas lógicas e dificuldades que os discentes terão que enfrentar, ainda mais, a educação física que sendo um componente curricular e dentro do seu contexto além de aulas teóricas, possui momentos práticos e de contatos físicos de expressão corporal.

A realidade nessa conjuntura pandêmica nos mostra como o cenário é desafiador em diversos aspectos, lateralizando tais para o âmbito escolar, torna-se perceptível a necessidade de uma proposição analítica circundada na questão da desigualdade social frente as abordagens de ensino-aprendizagem e o papel da educação física na formação dos discentes nesse período de crise sanitária, assim como todos os outros componentes curriculares obrigatórios. Uma mudança dentro desse novo paradigma que é a educação no isolamento social suscita uma práxis cautelosa e que seja efetiva, dada as diversas peculiaridades dos diferentes perfis socioeconômicos de cada discente (DAVIS et al, 2020).

O artigo presente tem a finalidade de abordar sobre as dificuldades da educação básica em frente à pandemia com a perspectiva do perfil socioeconômico, discorrendo sobre a situação dos brasileiros e maranhenses, assim acentuando para educação física escolar e demonstrando o quão dificultoso e desafiador é para esse componente curricular na educação básica.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico, buscando aperfeiçoamento por meio de literatos. A pesquisa foi iniciada com a seleção dos descritores, definido de acordo com a lista dos descritores das ciências da saúde (DECs). Foram utilizadas referências bibliográficas das publicações, também analisadas a fim de incorporar novos estudos que não estivessem nos resultados das buscas.

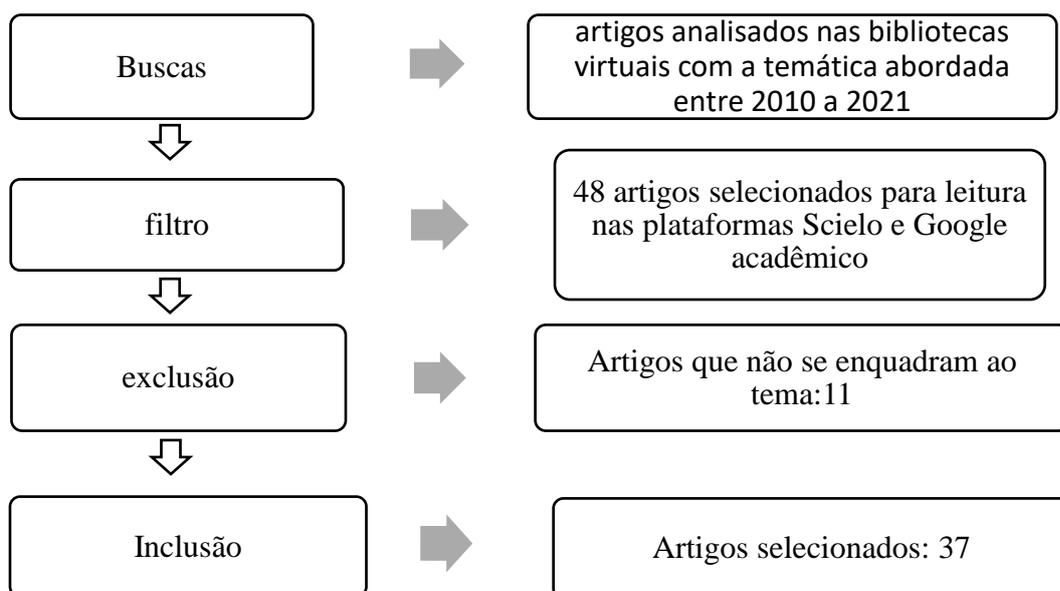
Os artigos foram encontrados em sites e revistas. Para a elaboração do artigo foram elegidos 48 artigos, na qual foram analisados a partir de títulos, metodologia de estudo e resultados. Desta forma, definiram-se os bancos de dados utilizados nos estudos do Google acadêmico e Scielo da qual a forma de busca deu a partir dos DECs: Educação Física, Escola, Pandemia e Socioeconômico.

Obtivemos critérios de inclusão e exclusão, onde no critério de inclusão foram incluídos publicações do tipo artigo com textos completos disponibilizados no idioma português disponível eletronicamente na íntegra compreendidos no período de 2010 a 2021. Aos critérios de exclusão foram excluídos os artigos que não pertenciam à área, não atendessem a demanda bibliográfica desse estudo, não foram inclusos descritores em espanhol, inglês devido a não prevalência dos autores com idiomas e foram descartados editoriais estudos reflexivos, estudos interrompidos, assim como pesquisas que não abordavam a temática relacionada ao objetivo do estudo.

Após a leitura dos artigos publicados, 11 artigos não foram utilizados devidos aos critérios de exclusão das plataformas Scielo e Google acadêmico. A análise dos dados ocorreu através de uma leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa dos artigos que integram uma bibliográfica.

O método utilizado foi por meio de um estudo de pesquisas através de dados dos perfis socioeconômicos e de assuntos atuais frente à pandemia na perspectiva da Educação Física escolar, entrelaçando na evasão dos discentes nas escolas, falta de recursos tecnológicos e dificuldades dos docentes para lecionar a aula de Educação Física. Dessa forma 37 artigos foram utilizados e analisados no presente estudo como mostra a figura 1.

Figura 1- Fluxograma para a seleção dos artigos.



3 PANDEMIA

O ano de 2019 surgiu à nova corona vírus (Covid-19) que consolidou em uma pandemia, transformando-se para o século XXI um dos grandes desafios. Na atualidade, a COVID-19 impacta nos cinco territórios continentais e mais de 100 países. As suas consequências ainda são incalculáveis, porém atingem de uma maneira ativa e passiva na economia da população mundial e a saúde.

A síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-COV-2) é um propagador da COVID-19 sendo uma doença infectocontagiosa. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2019 de 31 de dezembro, na cidade de Wuhan, localizado na China, houveram relatos dos primeiros acontecimentos de pneumonia ocasionada por um agente transmissor desconhecido e mencionado às autoridades de saúde. Em 2020 de janeiro do dia 7, a China declarou o sequenciamento genoma viral e no dia 12 de janeiro partilhou a informação com a OMS e outros países relatando a sequência genética através do Banco De Dados Internacional Global Initiative On Sharing All Influenza Data (GISAID). Desde esse momento, diversos casos começaram a se lastrar alarmante pelo os outros países, atingindo primeiramente no continente asiático, sucedendo relatados na Tailândia, Coreia do Sul e Japão nos seguintes dias: 13, 15 e 20 janeiro, sucessivamente. Logo após, o vírus se espalhou em outros países e continentes. Os primeiros casos relatados do vírus nos Estados Unidos (EUA), foi no dia 23 de Janeiro registrando 6 indivíduos contaminados. O primeiro país a reportar a patologia foi a China, sendo que até abril do dia 21 de 2020, no total de 213 países e territórios, notificaram casos da COVID-2019, quadrando em um resultado de 2.397.216 casos confirmados. (BRITO, et.al p. 55, 2020)

Especulou-se que o novo CoV se originou em um mercado de frutos do mar em Wuhan, província de Hubei, e que se disseminou rapidamente a partir deste local, tornando-o epicentro da epidemia. Sabe-se que os morcegos representam o principal reservatório natural para uma diversa gama de CoV, como o SARS-CoV, o SARS-CoV-2 e o MERS-CoV14. Um estudo publicado por Paraskevis et al.15 sugeriu que o SARS-CoV-2 está filogeneticamente relacionado com o BatCoV RaTG13 detectado em morcegos da província de Yunnan, na China. O sequenciamento genômico demonstrou uma similaridade de, aproximadamente, 96,0%. Entretanto, o BatCoV RaTG13 não apresenta a variante exata que causou o atual surto em humanos, mas fortalece a hipótese de que o SARS-CoV-2 tenha se originado em morcegos. Como os morcegos não são comercializados no mercado de Wuhan, descartou-se a possibilidade de que o vírus tenha surgido neste local16. (BRITO et.al p. 55, 2020).

No dia 26 de fevereiro de 2020, ocorreu o primeiro caso relatado no Brasil, encontrando no Estado de São Paulo. Logo após de uma semana, São Paulo encontrava-se com

10 dos 13 casos de COVID-19, em que respectivamente foi notificado o primeiro caso no Rio De Janeiro. No Estado de São Paulo e do Rio De Janeiro, já era previsto que manifestassem os primeiros casos, já que desfrutam das cidades mais ricas do país, mais populosas e por concentrar uma quantia significativa de voos internacionais. Os casos de contaminações no Brasil alastraram-se rapidamente também, por consequência do carnaval que não encerraram o festival, diante da falta de vacinas e de terapias eficazes para o tratamento de COVID-19 e uma combinação de medidas de saúde pública para mitigar a propagação do vírus e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde. Tendo mais de 2,5 milhões de casos confirmados e de 90 mil óbitos pelo SARS-COV-2 em julho. Todos os 26 Estados brasileiros e mais o distrito federal já apresentavam um caso de COVID-19 confirmado, após de três semanas do primeiro caso. (BRITO, et.al p.55, 2021)

A OMS chegou a declarar a COVID-19 em escala de pandemia no dia 11 de março, pois o número de contaminação da COVID-19 nos outros países aumentaram 13 vezes, e assim triplicando os casos pelo mundo. (FARIAS p,3. 2020)

A mudança de classificação não se deve à gravidade da doença, e sim à disseminação geográfica rápida que o Covid-19 tem apresentado. "A OMS tem tratado da disseminação [do Covid-19] em uma escala de tempo muito curta, e estamos muito preocupados com os níveis alarmantes de contaminação e, também, de falta de ação [dos governos]", afirmou Adhanom no painel que trata das atualizações diárias sobre a doença. "Por essa razão, consideramos que o Covid-19 pode ser caracterizado como uma pandemia", explicou durante a conferência de imprensa em Genebra (agência Brasil, 2020).

O distanciamento social é a precaução a ser adotada, impossibilitando aglomerações e em situações extremistas é aplicado a mitigação (o isolamento social total). os contaminados e os suspeitos devem manter um isolamento total por 14 dias, respeitando o período de incubação, é o tempo da manifestação do vírus para propagar pelo corpo. A cidade chinesa transformou-se em um epicentro por causa da patologia e seus grandes ocorrentes casos que surgem aceleradamente (BRITO, et. Al. P.59, 2021).

Em tempo atuais, os principais polos de ocorrências da patologia são América Latina e o Caribe, tendo a cerca de 182 mil óbitos confirmados no Brasil que é ultrapassado apenas pelos Estados Unidos em número de óbitos. A vigilância da pandemia estabelece um grande desafio pressupondo com atenção os números de mortes por COVID-19, focando assim com mais cuidado nos países de baixa e média renda, onde a mortalidade da patologia é alta pelo acesso delimitado aos serviços de saúde, pela dinâmica política e pela maior ocorrência da patologia nos grupos com menor nível socioeconômico. A população com a desvantagem social lida com mais desafios e dificuldades para cumprir o objetivo do isolamento ao serem contaminados, porque

convivem em domicílios densamente ocupados e em situações como sanitárias precárias, e assim propiciando o espalhamento do SARS-COV-2 (FARIAS p.3, 2020).

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO NO BRASIL

O perfil socioeconômico é um conceito teórico que agrupa os indivíduos em classes. De acordo com IBGE (2010), o nível socioeconômico da população brasileira tem como ser avaliada a partir de um agrupamento de variáveis, que encontra-se múltiplas condições social dentro do perfil socioeconômico, dos quais se apresenta alguns, a saber: “pessoas com até 10 anos de idade sem registro de nascimento”; “pessoas com deficiência”; “analfabetismo por faixa etária”; “analfabetismo segundo cor ou raça”; “população que sabe ler e escrever”; “crianças fora da escola”; “frequência à escola ou creche”; “população adulta frequentando curso regular de ensino”; “população adulta com curso regular mais elevado concluído”; “grau de escolaridade – mestres e doutores”; “formação superior”; “educação pública e particular”; “rendimento médio por nível de instrução”; e “rendimento médio mensal – domiciliar” (REZENDE, 2021).

A partir desse conjunto de variáveis, as populações são organizadas em camadas (divisões sociais), que são as classes sociais. Normalmente, quando se fala de classes há uma percepção latente de envolver somente as populares, medias e alta. Cada uma delas representa um jeito de vida marcado pela quantidade de “capital” que as pessoas possuem. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, existem alguns tipos de capitais: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico (REZENDE, 2021). Dentro dessa conjuntura analítica, tomando como campo de estudo as relações no âmbito econômico e social, talvez, o que mais se evidencie em relação ao perfil socioeconômico da população brasileira seja a renda.

O Brasil é um país marcado pela grande desigualdade na distribuição da renda. Apesar de ser atualmente a 12ª economia mundial em termos de produto interno bruto (PIB) — já chegou a ser a 6ª —, em termos de condições de vida da maioria da sua população, está nos últimos lugares. “O 1% mais rico da população brasileira detém 28,3% da renda e os 10% mais ricos ostentam 42,5%. Enquanto isso, os 40% mais pobres possuem 10,4%” (SAKAMOTO, 2020).

4.1 Perfil socioeconômico no Maranhão

A desigualdade gerada pela concentração de renda se espalha por todos os estados da Federação. O Maranhão é um dos quais onde o quadro da pobreza e da desigualdade

socioeconômica é mais acentuado, o que se observa diretamente nos índices educacionais do estado. A educação básica no Maranhão não se diferencia muito do resto do Brasil. Existem os mesmos empecilhos que afetam todos os estados da Federação, contudo se considerarmos a caracterização do IDHM educação do Maranhão. Notamos que o índice é o segundo mais baixo da escala, contudo o radar do IDHM aponta que houve um aumento no índice de qualidade de vida com destaque na educação no Maranhão de 11,99% (de 0,609 a 0,682) sendo o terceiro melhor na –variação- entre 2012 e 2017 (SEDIHPOP, 2019).

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é um bom indicador para demonstrar essa afirmação. Ele “é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano” (PNUD BRASIL, 2021). No *ranking* 2010 do IDHM dos estados brasileiros, o Maranhão ocupa o 26º lugar, ficando à frente apenas de Alagoas (PNUD BRASIL, 2021a). Distrito Federal é a unidade da Federação que tem o maior IDHM (0,824), comparando-se a países com “muito alto desenvolvimento humano”, ao passo que o Maranhão com IDHM 0,639 equipara-se a países com “médio desenvolvimento humano”. Porém se considerarmos apenas o IDHM Renda, ele cai para a última posição do *ranking* nacional. E em termos de IDHM Educação, o índice é ainda mais baixo: 0,562 (SEDIHPOP, 2019).

Tomando esses dados como um pressuposto, compreende-se que a qualidade de vida do Brasileiro não chega ser adequado para sua formação de um todo e muito menos para o Maranhense, já que se encontra na penúltima e última posição do ranking nacional. E assim, afetando principalmente a educação, fazendo com que os discentes tenham dificuldades para aproximar-se do ensino.

As dificuldades que a educação encontra por causa da condição do socioeconômico são diversas, assim podendo ser: a menor interação do aluno com ensino levando pouca experiência e acesso das atividades, pouca vivência para um conhecimento amplo do vocabulário, a falta de tempo dos pais para incentivar a frequência dos filhos nas escolas, a falta de tempo dos discentes por alguns ajudar em casa trabalhando etc. A correlação que existe entre o perfil socioeconômico dos discentes e o desempenho nas aulas, é conseqüentemente um relato integrado na literatura de economia na educação (SILVA, 2014).

5 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física no âmbito escolar tem a sua compreensão como um componente curricular que trabalha com a cultura corporal do movimento com a finalidade de propor aos discentes a experiência e vivência de uma junção articulada de conhecimentos desse meio que integra o esporte, os jogos, as lutas, as danças, ginásticas e atividades lúdicas. (Fortes, et. P.2. 2012)

Levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação (LDB, 9394/96) Pontuando para educação física escolar, emitia que essa disciplina deve ser incorporada à emenda pedagógica da escola, assim sendo um componente curricular da educação básica. Em 2003, com a proclamação da lei no 10.793 de 10 de dezembro de 2003, foi inserido, na redação, o atributo "obrigatório" o termo "componente curricular". Contudo, desde um certo momento, levando para a Lei supracitada, encontra-se a redação da seguinte forma: " a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno." (ZAGHI, et. Al. P.80. 2021)

§ 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Os parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS (1998), seria outra caracterização sinalizando a educação física como um componente curricular fundamental nas escolas, estabelecendo que a educação física se articule às múltiplas dimensões do homem e devendo rodear as abordagens psicomotoras, construtivas, desenvolvimentistas e críticas. (FILHO et. Al. P.233. 2021)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reafirma que a educação física constitui na área das linguagens, com um vínculo em língua portuguesa, arte e língua inglesa. Nesse aspecto, as práticas corporais são caracterizadas como tema para a sua diversificação de formas codificadas e significação social, compreendidas como pronunciamentos das expressões dos indivíduos, gerado por várias turmas sociais ao longo da história (BRASIL, 2018, p.213).

Apresentam-se em instituições de ensino indagações com poucas buscas aos gestores e docentes, como por exemplo, a precisão de determinar os cuidados sanitários e com nível de exigência superior, proporcionar estruturas com condições mínimas das quais garantem aos estudantes a continuidade e o comprometimento necessário da continuação do ano letivo de maneira remota. Diferentes acontecimentos através de ajustes nos conteúdos, atualizações metodológicas de ensino foram sinônimo de uns debates constantes em todas as instituições escolares no período de 2020. (SKOWRONSKI, P.2. 2021)

Ao problematizar os aspectos pedagógicos, legislativos e curriculares da Educação Física no Brasil, busca-se conhecer a situação deste componente curricular frente à situação de distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19. (MACHADO et, al. P.07, 2020)

Imensuráveis acontecimentos dos quais alguns de modo algum foram vivenciados por docentes de sua formação, foram surgindo, moldando e transformando o trajeto do docente na realização do seu novo ambiente trabalhista: o ensino remoto. Refere-se, por tanto, de um novo recurso de ensino e aprendizagem que busca estímulos para a execução das atribuições predominantemente síncronas, assim dizendo, que professores e estudantes necessitam da conectividade virtual em tempo real para o exercício do ensino e da aprendizagem. Mas, nesse novo recurso (plataformas digitais) existem diversos problemas e o mais acentuado é o contexto histórico que carrega uma crise que envolve o socioeconômico, assim acarretando falta de recursos nas escolas e lares dos discentes. (SKOWRONSKI, P.2. 2021)

6 O IMPACTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR FRENTE A PANDEMIA

Ao longo dos anos, o Brasil tem lidado com vários problemas educacionais. Especificando essencialmente por salários injustos dos educadores e falta de recursos nas infraestruturas das escolas, assim deixando em um estado precário, também múltiplos tipos de violências, evasão, desvios de repasses de verbas e avaliações com resultados cada vez mais desastrosos sendo internas e externas (AVELINO et. Al. P.1).

Bem longe dos problemas educacionais, o Brasil também encara crises históricas na área da economia, saúde e política, assim tendo uma recessão econômica, inflação, desempregos e etc. Ocasionalmente um enorme descaso com a qualidade educacional do Brasil (AVELINO et. al. P.1).

Apesar, um dos aspectos mais acentuados pela sociedade brasileira da gravíssima situação da crise histórica, a educação e Educação Física escolar brasileira mesmo estando

interligado ao elemento econômico, em volta de 6% de parte do produto interno bruto (PIB) de 2019, sendo 7,3 trilhões de reais (IBGE, 2019) e 2020, sendo 7,4 de trilhões de reais (IBGE, 2020), não conseguindo solucionar a crise instituída a décadas. De tal modo, nortear esses bilhões na educação não tem retratado resultados cabíveis nacionalmente e internacionalmente, de acordo com que assinalam as avaliações com os seus resultados em larga escala que o país participa. Como questionamento, contextos de políticas educacionais são bem complicadas, passa a existir indagações que abeira de como empregar e aplicar de fato esses investimentos. (AVELINO et. al. P.2).

De acordo com as pesquisas, o mais adequado para aplicar os investimentos seria em alicerces das escolas ou aparelhamentos tecnológicos na formação, terceiros recomendam uma remuneração justa dos docentes e por consequência o aumento de valor da área para assim fazer-se mais cativante (LIMA, 2012; Marques, 2012).

A educação e Educação Física escolar brasileira demonstram a realidade do sistema que sempre foi precária, contudo, o Brasil lida com vários problemas novos no meio educacional em função das interrupções por causa da COVID-19, SARS-COV-2 (LUIGI; SENHORAS, 2020; MARANHÃO; SENHORAS, 2020) assim, tornando-se o padrão escasso da educação mais explícito. E com todos esses existentes obstáculos, os discentes vão ter que contornar um sistema educacional que não tem uma armação suficiente para acolher frente a essa nova barreira.

É de suma importância destacar que os aspectos culturais, econômicas e sociais dos discentes, também retratam diretamente em resultados do ensino. A formação de aprendizagem do discente está correlacionado essencialmente ao meio que o rodeia e quando habita em um domicílio desordenado com violências, brigas, drogas, os profissionais não têm como oferecer um apoio, com exceção de denunciar os responsáveis, que lamentavelmente em maioria dos casos, são os próprios parentes. E perante a esse contexto de mitigação (isolamento social), estão abertamente expostos a esses meios agressivos e com pouco ou nenhum apoio pedagógico. Porque os encarregados não têm formação/preparação pedagógicas para conduzir o desenvolvimento da educação das crianças (AVELINO et. al. p.2).

De acordo com Bourdieu (1995, p.5) “os aspectos sociais e culturais são desenvolvimentos ativos na relação de aprendizagem, indivíduos com vivências e ligação a teatro, cinema, museus, viagens, recursos tecnológicos, portam consigo uma bagagem maior em comparação aos que não usufruem desse capital cultural por causa do socioeconômico. Crianças com pais que não possuem a educação básica ou famílias com ensino de baixa escolaridade, estão em desvantagem comparados aos que usufruem dessa perspectiva de capital

cultural e social, cujo responsáveis que possuem o ensino superior e compreendem que o investimento é de suma importância para a assistência educacional e cultural dos filhos. Discentes com mais disponibilidades aos equipamentos tecnológicos estão em vantagem, presente a essa nova realidade de ensino/aprendizagem, comprovando o enorme abismo a relação de saberes e poder que constroem uma hierarquia de conhecimentos (CHALORT, 2003).

A partir dessas problematizações, é notório os sérios obstáculos que a sociedade brasileira enfrenta, e que as mesmas acontecem desde o ensino infantil e que carregam até o ensino superior. Mesmo tendo a imposição e a obrigatoriedade da Lei de Diretrizes e Base (BRASIL 1996), do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) e a Constituição Federal (BRASIL, 1998) há crianças que não frequentam a escola, por aspectos econômicas, vagas e por localidade de difícil acesso. Levando em consideração que as leis, normas, decretos estaduais ou federal, tenha o objetivo de um ensino de qualidade, então são nesses meios que necessita haver as maiores aplicações de investimentos das políticas públicas educacionais. A escassez de equipamentos tecnológicos norteados à educação acaba dificultando ainda mais a aproximação na educação presente a pandemia, se anteriormente existia dificuldades e barreiras para chegar nas escolas, agora diversos discentes vão ter que lidar com a perspectiva de não terem bastante recursos ou o suficiente para conciliar as aulas remotas e resolver os exercícios encaminhados (MACHADO et. al. 2020).

O ministério da educação, dos Estados e municípios, enfrenta um grande desafio com a cultura digital, porque compreendem que a sugestão se refere à mercê do ensino de qualidade. Sendo perceptível que as escolas públicas e particulares sem a incitação a essas práticas corporais, culturais, sociais e afetivos, dificilmente se distenderá aos seus convívios, pois ainda existe um abismo entre o uso de lazer como diversão (jogos e redes sociais) e o uso pedagógico na caminhada de ensino e aprendizagem. Realmente, o encaminhamento pedagógico entrelaçado a esses recursos tecnológicos faz toda uma mudança, porque mais do que saber aproveitar esses equipamentos, é ser capaz de usar com sabedoria de um modo dialético e em interesse da educação. Nota-se que perante a atual circunstância envolvendo a COVID-19, os educadores procuram segurar as aulas de qualquer jeito possível. Mas, na presença evidente, de professores sem formação em tecnologias e no comodismo, diversos discentes no Brasil sem acesso à internet e a percepção de aplicativos educacionais, a investida não chegará nos objetivos ou a qualidade da educação em que a nação tanto necessita.

As nações que apresentam os resultados em cima da média nas questões educacionais contêm uma política de valorização e investimentos apropriados na educação e educação física

escolar (OCDE, 2018). Tendo em mente que os investimentos não se aplicam apenas em um quadro como os recursos financeiros, porém em conservar os discentes integralmente ou em maior tempo nos colégios, tecnologia, formação dos professores, pesquisas, experiências e vivências de outras nações no meio educacional (MACHADO et. al. 2020).

É perceptível que o sistema da educação atual não vem dando bons resultados e que o Brasil com urgência precisa de uma nova estruturação. É bem claro que necessita de vários princípios, entretanto é evidente que uma transformação seja essencial. É extremamente importante uma brusca de mudanças nas políticas públicas educacionais e um ato de compromisso pessoal onde os indivíduos verdadeiramente encontram-se preparados para aprimorar a educação da nação. A escola tem que ser acessada para toda a comunidade, e que essas escolas se encontram em estruturas adequadas e em condições de abraçar todos os discentes. Além das de inclusão. Com isso, é de suma importância uma excelente administração pública e um exemplar ensino eficiente, apropriado a garantir na formação do cidadão e que aprenda escrever, ler e solucionar problematização em seu dia a dia. A insinuação é propor que a escola seja um âmbito dos saberes que cresçam as suas habilidades, assim tendo currículos flexíveis, sala de aula interativas, interdisciplinaridade fazendo com que remetam as competências. E a valorização do profissional precisando de investimento de construções e financeiros para agregar com a evolução do país. Em vista disso, ter uma instrução de formação inicial e continuada é extremamente importante nesse momento, precisamente por causa da COVID-19, que surgiu e encadeou uma pandemia no Brasil, onde percebemos que a comunidade escolar estava incapacitada (AVELINO et. al. P.3, 2020).

A nova patologia chamada COVID-19, que manifestou no final do ano de 2019 e no início de 2020 no mundo e subsequentemente no Brasil, gerou com que diversos profissionais da educação elaborassem novos métodos de ensino menos tradicionais, perante da problemática do isolamento social. Diversos discentes no Brasil estão sem aulas presenciais por causa do fechamento das instituições, assim prejudicando a execução dos 200 dias letivos de acordo com a leis de Diretrizes e Bases no artigo 31 (BRASIL, 1996) contudo, nesse aspecto, foi decretado uma lei de medida provisória nº 934, de 1º de Abril de 2020, salientando em que "estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior" (BRASIL, 2020) deste modo, secretarias educacionais de aprendizagens pelo o Brasil se jogaram às plataformas digitais e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) fazendo com que os discentes da educação básica, aprimorem em seus lares os exercícios pedagógicos complementares (MACHADO et. al. 2020).

A sociedade moderna vem passando por inúmeras e rápidas mudanças, este fenômeno é impulsionado, principalmente, pelas inovações tecnológicas. É necessária uma reflexão por parte de professores, dos gestores educacionais e comunidade científica em geral, sobre a utilização das TICs na educação brasileira. Para que essas tecnologias possam ser utilizadas de forma eficaz é preciso que o professor tenha domínio (conhecimento técnico) dessas tecnologias e saiba como utilizá-las, integrando-as ao conteúdo, para que possam contribuir com a melhoria do processo de ensino aprendizagem. Mas também é fundamental que os gestores criem condições favoráveis (estrutura, material) para a implantação das TICs nas escolas. (LEITE; RIBEIRO p.1)

Nesse contexto, os desafios da educação física no ensino remoto começam através dos professores. As aulas de educação física no ensino público, já propõem uma realidade dificultosa para os docentes que atuam nessas áreas, nessa era de pandemia, as dificuldades ainda continuam, mas com outras caracterizações, a disponibilidade à internet e o planejamento servem de exemplos. Assim, os professores são submetidos a seguirem as novas ordens pedagógicas e administrativas, dentre que os docentes enfrentam também a falta de valorização de saberes corporais por causa do distanciamento. Faltando recursos adequados que implica no desenvolvimento do trabalho docente. A utilização da tecnologia nas salas de aulas é um assunto bem debatido, com a pandemia fortaleceu a idéia para atuar nas aulas por causa do ensino remoto. (OLIVEIRA, 2004)

Apesar de que as tecnologias podem ser uma ferramenta de trabalho para os professores, o celular ainda sim continua sendo um desafio para transformar em uma ferramenta de estudo. Tirando os obstáculos para o acesso das plataformas de ensino, as estáticas de Brasileiros sem acesso à internet são enormes e que o acesso precário de internet vem aumentando para 70 milhões (SOPRANA, 2020).

A valorização de saberes conceituais é outro fator determinante que torna-se um grande desafio para educação física escolar, a educação física tem se estruturado como um componente curricular que valoriza e evidencia os saberes corporais. Esses saberes são destacados nos PCNs (BRASIL, 1997, 1998), e tendo um destaque na BNCC (BRASIL, 2018). Na BNCC, a educação física escolar sugere a aproximação dos alunos a uma percepção de um universo de saberes corporais que envolve: experiências estéticas, emotivas e lúdicas, que se desenvolvam e não os delimitam, ao ato de raciocínio típica dos saberes científicos que, geralmente, norteia as atividades pedagógicas na escola. A formação da educação física escolar no Brasil foi ressaltada na ordem de saberes corporais, designando como um exemplo aos professores e para a sociedade. Não se afirmando que esses saberes conceituais e corporais são mais importantes que os outros saberes, porém alertando e demonstrando que fazem parte de uma estrutura de construção cultural, cognitiva, afetivo e social, assim tornando uma

responsabilidade da educação física de ensinar aos indivíduos nas escolas. (BRASIL, 2018, p. 2013)

Por causa da patologia (COVID-19) todos os eventos recentes, estão demonstrando um grande problema no país, interligado a ausência de construção inicial e continuada dos docentes ou equipamentos tecnológicos no dia a dia escolar. O Google education, pacote google suíte, selecionando para o meio educacional, tem sido utilizado para dar uma continuação às aulas, no modelo de educação a distância e remotas. Essa plataforma digital conta com vários aplicativos que sucedem a sala virtual em uma sala online, porém isso requer um pouco de entendimento para poder ser executado da forma simples. Assim, A falta de construção para o uso das TICs dificulta os deveres dos professores que com consequência prejudica o desenvolvimento dos discentes. Deste modo, fazendo com que os professores optam por utilizar plataformas conhecidas por uso pessoal para que os alunos tenham facilidade como whatasapp, Facebook e até mesmo YouTube. Apesar disso, com a extensão continental do Brasil, nem todos tem a conexão com a internet e os exercícios pedagógicos gerados pelos profissionais não chegam aos alunos.

Além disso, o ambiente do lar nem sempre será adequado, cobertos de violências, alimentação imprópria, falta de iluminação, ausência de orientação dos profissionais e entre outras situações que também envolve a falta de dinheiro (renda). Assim, responsáveis, profissionais e discentes que tiveram o seu cotidiano modificado no ano letivo de 2020, por consequência da doença COVID-19, perceberam a suma importância dos quatros pilares da educação, que são: aprender a conhecer, aplicar, experienciar e vivenciar conhecimentos nas TICs e competências socioeconômicas (DELORS, 2003) obviamente, esses obstáculos sempre esteve presente, mas a diferença é que as problematizações foram somadas com uma escala de pandemia (DELORS, 2003 apud AVELINO, 2020).

A educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. 1 aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalharem profundidade um pequeno número de matérias. O tambémsignifica: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida. 2 aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla. 3 aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências. 4 aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento de responsabilidade pessoal (DELORS, p.101, 2003)

Com essa realidade do socioeconômico e da pandemia, os investimentos nas políticas públicas educacionais estão servindo para amenizar essa desigualdade social que se alastra no país, assim podendo facilitar o meio de acesso das aulas para os alunos. O isolamento social

serviu, também, para incentivar novas políticas públicas que são mais eficientes. Afinal de contas, a pandemia em modo geral, demonstrou o quão a escola desempenha um dever importante na vida dos discentes, por incluir o meio social, por demonstrar o dever essencial do professor como um transportador de conhecimentos, e que pensem na importância da formação iniciada e continuada no que engloba as tecnologias. Acima do saber reconhecer as problematizações, compete os políticos, corpo docente, discentes, responsáveis, comunidade e população em geral, uma alteração de comportamento, ao ter consciência que, educar vem atrelado a uma ação (AVELINO, MENDES, 2020).

CONCLUSÃO

Concluimos que a Educação Física escolar norteou-se nas aulas síncronas diante da mitigação frente à pandemia da patologia COVID-19. Beirando das dificuldades do perfil socioeconômico, deixando assim a situação mais precária como sempre foram. Com isso diversas complicações fizeram presente as aulas remotas como, por exemplo: conflitos familiares, a falta de recursos tecnológicos, localidade de difícil acesso, falta de formação continuada nos docentes para desenvolver aulas nas plataformas digitais.

Portanto, o investimento nas políticas públicas tem sido a solução de amenizar essa realidade frente a pandemia. Mas, as políticas públicas não são os únicos meios de resolver ou amenizar essa realidade. Compreendemos que a determinação de cada indivíduo ao reconhecer os problemas agrega em uma aproximação de uma solução, como os políticos e seus deveres, corpo da docência, alunos, pais e a população. Assim, compactuando com uma transformação de conduta para atentar-se a ter consciência e compreender que a educação está interligada a um ato de ação.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. ***ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE DECLARA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS***. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 10 out. 2021.
- ALMEIDA, Ana Maria Galvão de Barros; ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico de. **Jacques Delors e os Pilares da Educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 03, Vol. 02, pp. 12-25, Março de 2018. ISSN: 2448-0959
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco e XAVIER, Flavia Pereira. **Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras**. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2014, vol.22, n.84 [cited 2021-04-20], pp.671-703. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000300005>. Acesso em: 25 mai. 2021
- AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jessica Guimarães. **A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA COVID-19**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, apr. 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes>. Acesso em: 07 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3759679>.
- BOURDIEU, P. Escritos de Educação. ALICE, M.; CATANO, A. (orgs.). Petrópolis: Editora: Vozes, 1999.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17/04/2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17/04/2020.
- BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17/04/2020.
- BRASIL. Lei Federal n. 9394, 20 de dezembro, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17/04/2020.
- BRASIL. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril, 2020. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 17/04/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, [2018]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEM, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.

CHARLOT, B. “**O sujeito e a relação com o saber**”. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). Formação de Educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

DAVIS, M. et. al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. Disponível em: <https://www.ims.uerj.br/2020/03/30/coronavirus-e-a-luta-de-classeslivro-para-download/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DELORS, J. “Os quatro pilares da educação”. In: DELORS, J. (coord.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2003

FERREIRA, Verônica Moreira Souto; OLIVEIRA, Tálita Regina Henrique de; SILVA, Maria Ivonaide Félix Duarte da. **DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**. Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1272>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “**Produto Interno Bruto**”. Portal Eletrônico do

IBGE [2019]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 16/04/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010**: perfil socioeconômico da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

LIMA, N. C. M. **Infraestrutura, gestão escolar e desempenho em leitura e matemática: um estudo a partir do projeto GERES** (Dissertação de mestrado em Educação). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2012.

LUIGI, R.; SENHORAS, E. M. “**O novo coronavírus e a importância das Organizações Internacionais**”.

Nexo Jornal [17/03/2020]. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em 21/04/2020.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. “Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na

guerra contra o novo coronavírus”. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 2, n. 4, 2020.

MACHADO, Roseli Belmonte et al . **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL: PANORAMA, DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS CURRICULARES**. Movimento, Porto Alegre , v. 26, e26081, 2020.

MARQUES, R. N. Escolas bem sucedidas: como são? Um estudo de caso de duas escolas públicas do

Distrito Federal (Dissertação de mestrado em Educação). Brasília: UCB, 2012.

NOVO, Benigno Nuñez. **Leis de diretrizes e bases da educação comentários**. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA , v. 255, p. 1, 2019.

OCDE - **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. PISA 2018. Results (Volume

I): What Students Know and Can Do. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2018-results-volume-i_5f07c754-en>. Acesso em: 16/04/2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. *Educação e Sociedade*, v. 25, n.89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PIRES BRITO, S. B.; BRAGA, I. O.; CUNHA, C. C.; PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. **Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI**. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology)* – *Visa em Debate*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020. DOI: 10.22239/2317-269X.01531. Disponível em:

<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531>. Acesso em: 09 out. 2021.

PNUD BRASIL. O que é o IDHM. **Site do PNUD Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PNUD BRASIL. Ranking IDHM Unidades da Federação 2021a. **Site do PNUD Brasil**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf2010.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

REZENDE, Milka de Oliveira. Pierre Bourdieu. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/pierre-bourdieu.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. Com 1% do país concentrando 28% da renda, Brasil não tem como dar certo. **Notícias UOL**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/12/15/com-1-do-pais-concentrando-28-da-renda-brasil-ao-tem-como-dar-certo.htm#:~:text=O%201%25%20mais%20rico%20da,pobres%20possuem%2010%2C4%25>.

SEDIHPOP. Radar idhm mostra que índice de qualidade de vida subiu no maranhão com destaque para educação. **SITE SEDIHPOP**. 2019. Disponível em:

[https://sedihpop.ma.gov.br/2019/04/16/radar-idhm-mostra-que-indice-de-qualidade-de-vida-subiu-no-maranhao-com-destaque-para-](https://sedihpop.ma.gov.br/2019/04/16/radar-idhm-mostra-que-indice-de-qualidade-de-vida-subiu-no-maranhao-com-destaque-para-educacao/#:~:text=No%20sub%3ADndice%20educa%3%A7%C3%A3o%2C%20que%20mede,(de%200%2C609%20a%200%2C682))

[educacao/#:~:text=No%20sub%3ADndice%20educa%3%A7%C3%A3o%2C%20que%20mede,\(de%200%2C609%20a%200%2C682\)](https://sedihpop.ma.gov.br/2019/04/16/radar-idhm-mostra-que-indice-de-qualidade-de-vida-subiu-no-maranhao-com-destaque-para-educacao/#:~:text=No%20sub%3ADndice%20educa%3%A7%C3%A3o%2C%20que%20mede,(de%200%2C609%20a%200%2C682)). Acesso em 11 abr. 2021

SILVA, S.M. (RE)INVENTAR EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL EM TEMPOS DA COVID-19. REVISTA AUGUSTO. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/issue/view/34>. Acesso em 18 abr. 2021.

SILVA T. R. C. C¹, SILVA F. B², MONACO L. L³. et. Al. **A pedagogia da sustentabilidade no contexto da educação básica no Estado do Maranhão**. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://copec.eu/congresses/shewc2014/proc/works/28.pdf/>. Acesso em: 11 abr. 2021

Soares-Leite, Werlayne Stuart y do Nascimento-Ribeiro, Carlos Augusto y (2012), "**A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios**." Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación, Vol. 5, núm.10, pp.173-187 [Consultado: 12 de Noviembre de 2021]. ISSN: 2027-1174. Disponible en : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281024896010>.

SOPRANA, Paula. **Brasil tem cerca de 70 milhões de pessoas com acesso de internet precário ou inexistente**. Folha de S. Paulo, São Paulo: FSP, 2020. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 19 de novembro

SKOWRONSKI, Marcelo. "**Práticas corporais para além das quadras: educação física escolar ao alcance de todos no ensino remoto**". SIMEDUC, Mato Grosso, 2021. Disponível em <<https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/14873>>. acesso em: 28 de novembro. 2021.